

Termo de Referência 71/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
71/2023	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	FERNANDA SOTELLO	14/11/2023 08:59 (v 9.2)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Serviços		23422.006207/2023-27

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço de bens para aquisição de reagentes e produtos químicos para os diversos laboratórios da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATMAT	Descrição	Un. medida	Qtde	Preço estimado unitário	Preço estimado total
1	416417	Detergente Extran neutro. Utilizado Para Limpeza de Vidrarias; Quartzo e Metais. Marcas de referência: Merck, ou similar/equivalente ou superior. Galão com 5 litros deve possuir Registro ANVISA.	Frasco de 5 litros	5	R\$ 471,32	R\$ 2.356,60
2	400577	Detergente Extran alcalino. Usado para Resíduos incrustados, sujeira intensa, óleos, graxas, silicones, sangue. Marcas de referência: Merck, ou similar/equivalente ou superior. Galão com 5 litros deve possuir Registro ANVISA.	Frasco de 5 litros	5	R\$ 443,29	R\$ 2.216,45
3	347148	Acetonitrila. Aplicação HPLC pureza ≥99.9% ≤0.0002% free alkali (as NH3); ≤0.0005% non-volatile matter; ≤0.001% free acid (as CH3COOH) ≤0.02% water (Karl Fischer); ≤0.5 ppb fluorescence (quinine) at 365 nm; ≤1 ppb fluorescence (quinine) at 254 nm. Absorção UV: λ: 195 nm. Amax: ≤0.12. CAS 75-05-8. Marcas de referência: Merck ou similar/equivalente ou superior.	Galão 4 litros	10	R\$ 547,67	R\$ 5.476,70
4	425423	Metanol. CH3OH Aplicação HPLC pureza ≥99.9% HPLC - ABSORBANCE UNITS <0.005 AU; RESIDUE ON EVAP. - RESIDUE 0.00014%; KARL FISCHER TITN. - WATER CONTENT (PPM) 40.6ppm. CAS 67-56-1. Marcas de referência: Merck ou similar/equivalente ou superior.	Galão 4 litros	5	R\$ 212,54	R\$ 1.062,70
5	424701	Sulfato de Magnésio. Anidro ≥99.5% (MgSO4, g/mol) PA ACS CAS: 7487-88-9	Frasco de 500 gramas	5	R\$ 186,68	R\$ 933,40
6	347289	Ácido Sulfúrico. H2SO4 CAS 7664-93-9. Pureza 98% PA ACS	Frasco de 1 litro	10	R\$ 205,73	R\$ 2.057,30
7	441630	Ácido Clorídrico. PA ACS 1000ML - Densidade 1,18 - Concentração 37% CAS 7647-01-0.	Frasco de 1 litro	8	R\$ 116,11	R\$ 928,88
		Ácido Nítrico. Densidade 1,18 - Densidade 1.39	Frasco de 1			

8	414843	Concentração 65% ACS Reagent CAS: 7697-37-2	litro	8	R\$ 100,02	R\$ 800,16
9	429086	Cloreto de sódio. (NaCl, MM 58.44 g/mol) PA ACS CAS: 7647-14-5	Frasco de 1 kg	5	R\$ 47,77	R\$ 238,85
10	357729	Ác.6-Hidroxi-2,5,7,8-Tetrametilcromano-2-carboxílico. Trolox 98% MM 250,29g/mol CAS 53188-07-1	Frasco 1 grama	4	R\$ 765,26	R\$ 3.061,04
11	600243	Glifosato padrão analítico grau cromatográfico. CAS 1071-83-6	Frasco 250 miligramas	4	R\$ 987,94	R\$ 3.951,76
12	428177	Acido(aminometil)fosfônico AMPA. 99% AMPA padrão analítico grau cromatográfico CAS 1066-51-9	Frasco 100 miligramas	4	R\$ 1.341,06	R\$ 5.364,24
13	408176	Atrazina. Padrão analítico grau cromatográfico. CAS 1912-24-9	Frasco 250 miligramas	4	R\$ 887,12	R\$ 3.548,48
14	408176	Atrazina-Desisopropil. CAS 1007-28-9	Frasco 250 miligramas	4	R\$ 1.428,92	R\$ 5.715,68
15	408176	Atrazine-Desetil. CAS 6190-65-4	Frasco 250 miligramas	4	R\$ 1.276,29	R\$ 5.105,16
16	433818	Álcool IsoPropílico. PA ACS Líquido Límpido, Incolor, (Ch3)2choh (Isopropílico Ou Iso-Propanol), Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,9%. CAS 67-63-0	Frasco de 1 litro	40	R\$ 91,39	R\$ 3.655,60
17	357729	Trolox. 97% CAS 53188-07-1	Frasco 1 grama	5	R\$ 693,43	R\$ 3.467,15
18	475559	1,3-Propanosultona (1,3-Propanesultone). >99% CAS 1120-71-4	Frasco com 25 gramas	4	R\$ 1.321,91	R\$ 5.287,64
19	377091	Trietilamina. Pureza maior 99% CAS 121-44-8	Frasco de 1 litro	5	R\$ 108,82	R\$ 544,10
20	456140	Acetato de etila. PA. Pureza 99,5% CAS 141-78-6	Frasco de 1 litro	4	R\$ 54,94	R\$ 219,76
21	382039	Dodecil sulfato de sódio (SDS). Fórmula Molecular: C12H25NaO4S CAS: 151-21-3	Frasco 100 gramas	4	R\$ 275,56	R\$ 1.102,24
22	434930	Hexafluorofosfato de tetrabutilamônio (TBAPF6, Tetra-n-butylammonium hexafluorophosphate). Pureza 99%, Peso molecular 387.43 g/mol, CAS 3109-63-5	Frasco com 25 gramas	4	R\$ 1.256,43	R\$ 5.025,72
23	452045	Tetrafluoroborato de tetrabutilamônio (Ammonium tetra-n-butyl tetrafluoroborate). Pureza 99%. Peso molecular 329.27 g/mol, CAS 429-42-5	Frasco com 25 gramas	4	R\$ 1.320,45	R\$ 5.281,80
24	374800	Hexacianoferrato(II) de potássio trihidratado. P.A.-A.C.S K4Fe(CN)6.3H2O >99,5%, 250 g	Frasco com 250 gramas	4	R\$ 974,05	R\$ 3.896,20
25	471904	Pentóxido de fósforo V Pa, pureza 99% Cas: 1314-56-3	Frasco de 500 gramas	10	R\$ 146,68	R\$ 1.466,80
26	370388	Ferroceno 98%. PA CAS: 102-54-5 - Fórmula: C10H10Fe. Prazo de validade mínimo de 3 anos a partir da entrega na UNILA	Frasco de 100 gramas	4	R\$ 487,57	R\$ 1.950,28
27	412635	Carbonato de Cálcio. PA CaCO3 CAS 471-34-1. Prazo de validade mínimo de 3 anos a partir da entrega na UNILA	Frasco de 500 gramas	7	R\$ 52,70	R\$ 368,90
28	390645	Carbonato de Potássio. Anidro PA ACS Fórmula Molecular: K2CO3. CAS 584-08-7. Prazo de validade mínimo de 3 anos a partir da entrega na UNILA	Frasco de 500 gramas	7	R\$ 102,28	R\$ 715,96
29	432344	Anidrido Acético. PA ACS CAS: 108-24-7 - Fórmula: C4H6O3. Prazo de validade mínimo de 3 anos a partir da entrega na UNILA	Frasco de 1 litro	15	R\$ 122,86	R\$ 1.842,90
30	366662	Citrato de Sódio Tribásico P.A ACS CAS 6858-44-2. Prazo de validade mínimo de 3 anos a partir da entrega na UNILA	Frasco de 1 kg	4	R\$ 219,76	R\$ 879,04
31	414843	Ácido Nítrico. 65% PA CAS 7697-37-2 Prazo de validade mínimo de 3 anos a partir da entrega na UNILA	Frasco de 1 litro	15	R\$ 106,23	R\$ 1.593,45
32	381375	Citrato de Sódio. P.A ACS CAS 6132-04-03. Prazo de validade mínimo de 3 anos a partir da entrega na UNILA	Frasco de 500 gramas	4	R\$ 87,13	R\$ 348,52
33	471222	Padrão de turbidez - Escala de Mc Farland. Completo 0,5 à 10. Padrão de turvação mais frequentemente utilizado nos	Kit	4	R\$ 152,80	R\$ 611,20

		laboratórios de microbiologia para determinar a intensidade da multiplicação bacteriana em meios líquidos de cultivo. Apresentação: Contém 11 Frascos				
34	443495	Colilert. Substrato Enzimático definido ONPG-MUG para identificação de coliformes totais e E. Coli em amostras de água potável, água bruta, água superficial, água subterrânea, água de reuso, água engarrafada e efluentes, embalado em blister individual, de uso único, parcialmente transparente, sendo possível visualizar o substrato ainda em seu interior a fim de verificar que sua aparência esteja íntegra e em conformidade com as especificações do fabricante antes de ser aberto para uso. Deve possuir e disponibilizar para aquisição pelo cliente em qualquer tempo, o padrão comparador de cor do controle positivo para P/A e para quantificação, contendo o número do lote, data de validade e certificado de análise, conforme exigência do Standard Method em sua última edição (23th), assim como também deve possuir e disponibilizar para aquisição pelo cliente em qualquer tempo, o padrão de controle de qualidade microbiológico composto por cepas classificadas como material de referência certificado (MRC/ISO17034) de uso único, contendo o número do lote, data de validade e certificado de análise, conforme exigência do INMETRO e recomendação do Standard Methods Section 9020. Deve suprimir até 2 milhões de heterotróficas por 100 ml. Estável ao estoque em temperatura ambiente.	Pacote com 200 unidades	4	R\$ 3.342,54	R\$ 13.370,16
35	397085	Meio TSI - Ágar Tríple AÇÚCAR FERRO. Meio diferencial de bacilos entéricos gram-negativos. Composição g/L: Peptona Especial 20,0 g/L, Lactose 10,0 g/L, Sacarose 10,0 g/L, Cloreto de Sódio 5,0 g/L, Extrato de Bife 3,0 g/L, Extrato de Levedura 3,0g/L, Glicose 1,0g/L, Sulfato Férrico 0,2 g/L, Tiosulfato de Sódio 0,3 g/L, Vermelho de Fenol 0,025 g/L, Agar 12,0 g/L. pH Final = 7,3 ± 0,2 a 25°C. Marca de referência: HIMEDIA ou similar/equivalente ou superior.	Frasco de 500 gramas	3	R\$ 230,67	R\$ 692,01
36	397085	Ágar Batata Dextrose. Composto de infusão de batata desidratada, dextrose e ágar, usado para cultivo, enumeração e detecção de leveduras e fungos em produtos lácteos, alimentos preparados, amostras clínicas, amostras cosméticas e amostras mistas. Infusão de batatas 200,0 g/L. Dextrose 20,0 g/L. Ágar 15,0 g/L. pH final (a 25°C): 5,6 ± 0,2. Marca de referência: HIMEDIA ou similar/equivalente ou superior.	Frasco de 500 gramas	3	R\$ 405,55	R\$ 1.216,65
37	397084	Ágar Sabouraud dextrosado. Pó homogêneo e fluido composto de dextrose, mistura de digestivo, péptico de tecido animal e digestivo pancreático de caseína e ágar bacteriológico; utilizado no cultivo de fungos e microrganismos acidúricos, bem como fungos patogênicos, particularmente associados a doenças de pele. Ingredientes Gramas/L Peptona Micológica: 10,00 Dextrose: 40,00 Agar: 15,00 pH Final (a 25°C): 5,6 ± 0,2. Marca de referência: HIMEDIA ou similar/equivalente ou superior.	Frasco de 500 gramas	3	R\$ 521,96	R\$ 1.565,88
38	397084	Ágar Nutriente. Pó homogêneo desidratado, composto por Peptona (5 g/L), Extrato de carne (3g/L), Cloreto de sódio (8 g/L), Ágar (12g/L), pH: 7,3 +/- 0,2 a 25 °C. Para cultivo de organismos sem exigência nutricional, isolados do ar, água, poeira etc. Marca de referência: HIMEDIA ou similar/equivalente ou superior.	Frasco de 500 gramas	5	R\$ 438,58	R\$ 2.192,90
39	397084	Extrato de Malte. Extrato de cevada maltada em pó homogêneo e solúvel em água clarificada, recomendado para detecção e isolamento de bolores e leveduras em produtos lácteos e alimentícios. Com controle de qualidade por cepas padrão ATCC (American Type Culture Collection). Marca de referência: HIMEDIA ou similar/equivalente ou superior.	Frasco de 500 gramas	4	R\$ 396,45	R\$ 1.585,80

40	397084	Agar Extrato De Malte 2%. Marca de referência: HIMEDIA ou similar/equivalente ou superior.	Frasco de 500 gramas	4	R\$ 798,62	R\$ 3.194,48
41	603979	Triptona. Pó. Marca de referência: KASVI ou similar/equivalente ou superior.	Frasco de 500 gramas	4	R\$ 386,32	R\$ 1.545,28
42	436391	Ágar YPD - (Yeast Peptone Dextrose Ágar). Pó homogêneo desidratado para o cultivo de leveduras. Composição: Peptona (10g/L), Extrato de levedura (5 g/L), Glicose (20g/L), Agar (14 g/L), pH final 6.0 +/- 0.2.	Frasco de 500 gramas	4	R\$ 968,49	R\$ 3.873,96
43	484248	Caldo YPD - (Yeast Peptone Dextrose Ágar). Pó homogêneo desidratado para o cultivo de leveduras. Composição: Peptona (10g/L), Extrato de levedura (5 g/L), Glicose (20g/L), Agar (14 g/L), pH final 6.0 +/- 0.2. Marca de referência: KASVI ou similar/equivalente ou superior.	Frasco de 500 gramas	4	R\$ 604,75	R\$ 2.419,00
44	397084	Ágar Triptona de Soja (TSA). Meio de cultivo, isolamento e manutenção de microrganismos fastidiosos (exigentes). Composto por Triptona 15 g/L, Digestão Papaica de Soja 5 g/L, Cloreto de Sódio 5 g/L e Ágar 15 g/L. pH final = 7,3 + 0,2 a 25 °C. Marca de referência: KASVI ou similar/equivalente ou superior.	Frasco de 500 gramas	4	R\$ 477,79	R\$ 1.911,16
45	603979	Água Peptonada. Pó homogêneo desidratado composto por: peptona de caseína 10,0 g/L; cloreto de sódio 5,0 g/L; hidrogenofosfato dissódico dodeca 9,0 g/L; dihidrogenio fosfato de potássio 1,5 g/L. Utilizado para o pré-enriquecimento não seletivo de organismos não fastidiosos e que se caracterizam por proporcionar um crescimento mínimo, permitindo manifestação completa dos organismos. Os critérios de composição e desempenho deste meio são de acordo com os aplicativos estabelecidos nas normas ISO 6579-2017, ISO 6887 e ISO 21528-2017. Marca de referência: HIMEDIA ou similar/equivalente ou superior.	Frasco de 500 gramas	4	R\$ 262,82	R\$ 1.051,28
46	603977	Sangue de Carneiro desfibrinado. Suplemento para preparo de ágar sangue e ágar chocolate	Embalagem de 50 ml	4	R\$ 213,75	R\$ 855,00
47	359853	Azul de algodão com lactofenol de Amann. CAS: 28983-56-4	Frasco 250 ml	2	R\$ 149,06	R\$ 298,12
48	471222	Caldo Nutriente. Digestão enzimática de gelatina: 5,0 g/L Extrato de carne: 3,0 g/L. Marca de referência: HIMEDIA, KASVI ou similar/equivalente ou superior.	Frasco com 500 gramas	2	R\$ 398,99	R\$ 797,98
49	471222	Kit enterobactérias. Sistema destinado à identificação bioquímica de bacilos Gram negativos oxidase negativa e fermentadores da glicose. O sistema utiliza 5 meios de cultura em tubo de ensaio com rosca (1° Rugai sem sacarose - sólido e inclinado, 2° LMI - Lisina, Motilidade e Indol, semi-sólido, 3° MIO - Motilidade Indole Ornitina - semi-sólido, 4° Ramnose - líquido, 5° Citrato, sólido e inclinado) e vaselina estéril que fornecem 10 provas bioquímicas, que associadas à leitura da fermentação da lactose (proveniente do meio de isolamento) permitem uma identificação segura da bactéria analisada. Marca de referência: LABORCLIN /NEWPROV ou similar/equivalente ou superior	Caixa com 10 testes	20	R\$ 215,01	R\$ 4.300,20
50	330241	Meio de cultivo Luria Bertani (LB). Composição: Triptona (10 g/L); Extrato de Levedura (5 g/L); Cloreto de Sódio (5 g/L); pH Final: 7,0 ± 0,2; Aparência: Desidratado: Pó marrom médio, fluido e homogêneo; Em solução: Meio âmbar claro a médio e sem precipitação; O reagente deve ser acompanhado de certificado de controle de qualidade para cultivo de: Escherichia coli ATCC 53868 (DH5); Escherichia coli ATCC JM103; Escherichia coli ATCC 33694 (HB 101). Referência: Meio LB (LURIA BERTANI) ou similar/equivalente ou superior	Frasco com 500 gramas	5	R\$ 359,11	R\$ 1.759,55
		Kit de purificação de DNA plasmidial (100 reações) Kit para preparação rápida de DNA de plasmídeo de pequenas				

51	475560	culturas de Escherichia coli usando colunas de rotação convenientes. O DNA plasmídico é purificado preferencialmente de outros componentes celulares, como DNA genômico e RNA. Este kit é capaz de purificar plasmídeos de até 13.000 bp de tamanho, e o rendimento de purificação típico é de até 20 ug de 1,5 mL de cultura bacteriana. O DNA purificado é de excelente qualidade para transformação, digestão com enzimas de restrição, sequenciamento e etc.	Kit para 100 reações	6	R\$ 562,32	R\$ 3.373,92
52	359635	Corante GelRed, 10,000X em água, FR/0,5mL Corante GelRed, concentração 10.000X. Agente intercalante usado para marcar ácido nucleico, ultra-sensível, extremamente estável, não mutagênico e não tóxico. Pode ser usado em qualquer transiluminador de UV padrão. Marca /modelo de referência: BIOTIUM ou similar/equivalente ou superior.	Frasco com 0,5 mL	10	R\$ 1.622,66	R\$ 16.226,60
53	450595	Marcador de peso molecular 1kb DNA ladder Marcador de Peso molecular de 1kb. Uso para determinar o tamanho de fitas duplas de DNA de 500 a 10.000 pares de base. Composto por 10 fragmentos de dupla fita. Os fragmentos de tamanho 2.000 e 5.000bp com maior intensidade. Todos os fragmentos devem ser precisamente quantificados e misturados durante a fabricação. Para carregamento de 5ul todos os fragmentos têm 40ng, com exceção dos fragmentos 2.000 e 5.000bp que têm 100ng. Este marcador é pré-misturado com tampão de carregamento azul. Pronto para uso. Concentração: 104ng/ul. Armazenamento a -20°C. Volume estimado: 500uL. Concentração: bandas em evidência (2.000 2 5.000 bp) 100 ng/5ul e outras bandas 40 ng /5ul. Condições recomendadas na eletroforese: gel de agarose 1%, 8cm, 1X TAE, 7 V/cm, 45 min. Conteúdo do marcador (bp): 500, 1.000, 1.500, 2.000, 3.000, 4.000, 5.000, 6.000, 7.000, 8.000 e 10.000. Frasco com 0,5mL.	Frasco com 0,5 mL	10	R\$ 389,33	R\$ 3.893,30
54	458292	Marcador de peso molecular 100 bp DNA Ladder Marcado de peso molecular de 100 bp. Pronto para uso. Composto por treze fragmentos de DNA (em pares de bases, bp): 100, 200, 300, 400, 500, 600, 700, 800, 900, 1000, 1500, 2000, 3000. Deve conter uma banda de referência (500 bp) para fácil orientação. Contém corante azul de bromofenol que serve como auxílio visual para monitorar o progresso da migração durante a eletroforese em gel de agarose. Concentração: 0,1 ug/ul; Faixa de tamanho 100 bp – 3.000 bp; Número de bandas: 13; Solução de armazenamento: EDTA 10 mM, glicerol a 10%, azul de bromofenol a 0,015% e SDS a 0,17%. Condições recomendadas para eletroforese: Gel de agarose 1%, 1X TBE. Frasco com 0,5mL.	Frasco com 0,5 mL	10	R\$ 491,94	R\$ 4.919,40
55	353625	Sulfato De Canamicina (Kanamicina) Purex 1G Acs Sulfato De Canamicina (Kanamicina) Purex 1G Acs. Fórmula: CHNOS ; Peso Molecular: 582,6 g/mol. O sulfato de canamicina: antibiótico hidrossolúvel originalmente purificado da bactéria Streptomyces kanamyceticus. Aatua ligando-se à subunidade 30S do ribossomo bacteriano e inibindo a síntese de proteínas em bactérias suscetíveis. Eficaz contra uma ampla variedade de bactérias gram-negativas e algumas gram-positivas e é usado para a prevenção da contaminação bacteriana de culturas de células. Frasco com 1g.	Frasco com 1 g	10	R\$ 284,19	R\$ 2.841,90
56	353512	Piruvato De Sodio (Ácido Pirúvico) 99% P.A. Ácido Piruvico. CAS: 113-24-6. Fórmula molecular: C3H3NaO3. Peso Molecular: 110,04GMOL. Frasco com 100G.	Frasco de 100 gramas	3	R\$ 265,25	R\$ 795,75
57	430840	Ácido L-Glutâmico P.A. Ácido L-glutâmico P.A. CAS: 56-86-0. Fórmula Molecular: C5H9NO4. Peso Molecular: 147,13g /mol. Frasco com 100g.	Frasco de 100 gramas	3	R\$ 85,50	R\$ 265,50

58	415206	Aminoácido L-Serina P.A. L-Serina P.A. (para análise). CAS: 56-45-1. Fórmula Molecular: C ₃ H ₇ NO ₃ . Peso Molecular: 105,09 g/mol. Marca de referência Merck ou similar/equivalente ou superior	Frasco 25 gramas	10	R\$ 84,50	R\$ 845,00
59	419437	Aminoácido L-Tirosina P.A. L-Tirosina P.A. (para análise). CAS: 60-18-4. pureza 99% Fórmula molecular: C ₉ H ₁₁ NO ₃ . Peso molecular: 181,19 g/mol. Frasco com 25g.	Frasco 25 gramas	5	R\$ 51,61	R\$ 258,05
60	372983	Aminoácido L-Valina Purex. L-Valina (para análise). CAS: 72-18-4. Fórmula molecular: C ₅ H ₁₁ NO ₂ . Peso Molecular: 117,15 g/mol. Frasco com 25g.	Frasco 25 gramas	5	R\$ 45,75	R\$ 228,75
61	234417	Solução Tampão PH 7,00. Utilizado para: para calibração de medidor de pH (pHmetro). Forma: Líquido. Odor: Inodoro. Aspecto: Solução límpida. PH: 7,00. Solubilidade em Água: Solúvel. Volume do frasco 500 ml. Validade 12 meses a contar da data da entrega na UNILA.	Frasco de 500 ml	10	R\$ 69,44	R\$ 694,40
62	234416	Solução Tampão PH 4,00. Utilizado para: para calibração de medidor de pH (pHmetro). Forma: Líquido. Odor: Inodoro. Aspecto: Solução límpida. PH: 4,00. Solubilidade em Água: Solúvel. Volume do frasco 500 ml. Validade 12 meses a contar da data da entrega na UNILA.	Frasco de 500 ml	10	R\$ 69,54	R\$ 695,40
63	289050	Solução Tampão PH 10,00. Utilizado para: para calibração de medidor de pH (pHmetro). Forma: Líquido. Odor: Inodoro. Aspecto: Solução límpida. PH: 10,00. Solubilidade em Água: Solúvel. Volume do frasco 500 ml. Validade 12 meses a contar da data da entrega na UNILA.	Frasco de 500 ml	10	R\$ 82,91	R\$ 829,10
64	419796	Solução eletrolítica de Cloreto de Potássio (KCl) 3M. Solução de KCl para guardar o eletrodo do pHmetro, cuja finalidade é aumentar a vida útil do eletrodo. Volume do frasco 500 ml. Validade 12 meses a contar da data da entrega na UNILA.	Frasco de 500 ml	10	R\$ 75,61	R\$ 756,10
65	412320	Agarose Baixo Ponto de Fusão. CAS: 9012-36-6	Frasco 25 gramas	5	R\$ 465,00	R\$ 2.325,00
66	341939	Agarose padrão. Força de gel >1200 g/cm ² CAS: 9012-36-6 livre de DNase; RNase; Protease; Fator de inibição endonuclease/ligase	Frasco de 500 gramas	5	R\$ 2.951,83	R\$ 14.759,15
67	445457	Álcool Etilico. Aspecto físico: líquido límpido, incolor, volátil, fórmula química: C ₂ H ₅ OH, grau de pureza:mínimo de 99,5% p/p inpm, característica adicional:anidro, absoluto, número de referência química: CAS 64-17-5.	Frasco 5 litros	15	R\$ 163,74	R\$ 2.456,10
68	432626	Glicerina bi-destillada. CAS: 56-81-5	Frasco 1 litro	20	R\$ 42,19	R\$ 843,80
69	471222	Soro Fetal Bovino Inativado. Estéril Reagente conversado a -20 °C Deverá estar identificado na caixa de transporte a necessidade de refrigeração	Frasco 500 ml	4	R\$ 4.020,80	R\$ 16.083,20
70	357777	Tris Base CAS 77-86-1	Frasco 1 Kg	3	R\$ 1.235,13	R\$ 3.705,39
71	12254	Solução Azul de Tripán 0,4% em PBS 1X	Frasco 100 ml	4	R\$ 206,22	R\$ 824,88
Total						R\$ 201.351,76

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, ou seja aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, XIII, Lei nº 14.133/2021).

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) aceite da nota fiscal, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

1.4.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.4.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.4.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, de acordo com o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Art. 3º, I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os materiais deverão ser preferencialmente fornecidos atendendo aos requisitos: i) constituídos por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; ii) constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; iii) acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s):

4.2.1 Para os itens 1, 2, 3, 4 e 58 foi indicada a marca Merck. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.2 Para os itens 35, 36, 37, 38, 39 e 40 foi indicada a marca Himedia. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.3 Para os itens 41, 43, 44 e 45 foi indicada a marca Kasvi. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.4 Para o item 48 foram indicadas as marcas Himedia e Kasvi. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.5 Para o item 49 foi indicada a marca Laborclin/Newprov. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.6 Para o item 50 foi indicada a marca Meio LB (Luria Bertani). Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

4.2.7 Para o item 52 foi indicada a marca Biotium. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza e a utilizem para balizamento de sua proposta. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior à referência citada.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por ser uma aquisição de bens comuns, conforme item 1.3 deste TR, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados da solicitação de fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Macucos 131, Portal da Foz, Foz do Iguaçu-PR, CEP 85859-450, mediante agendamento prévio com a Seção de Almoxarifado, pelo e-mail almoxarifado@unila.edu.br ou telefone (45) 3522-9992.

5.3.1 Para os itens que for necessário refrigeração, o fornecedor deverá indicar expressamente na caixa/embalagem a informação sobre a forma de armazenamento, sob risco de não recebimento do material e/ou posterior recusa do produto.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses para os itens 26, 27, 28, 29, 30 e 31 e de 12 (doze) meses para os demais itens, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Formalização da contratação

6.1. O adjudicatário terá um prazo estabelecido pela Administração, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

6.1.1 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificado do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.2. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital/termo de referência e seus anexos;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

6.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Extinção do contrato

6.18. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.19. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

6.19.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6.20. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.20.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.20.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

6.20.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.21. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.21.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.21.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.21.3. Indenizações e multas.

6.22. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

6.23. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1 Em caso de ausência de solução da inconformidade e/ou reincidência na inconformidade, o fornecedor será novamente acionado e terá o prazo indicado no item acima para retirada dos materiais no Almoxarifado.

7.2.2 Caso o fornecedor não faça a retirada no prazo indicado no item acima, a UNILA destinará os materiais da forma que julgar conveniente, sem ônus.

7.2.3 O fato do material inconforme permanecer na UNILA, não exime a Administração das aplicações das sanções pertinentes.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. Não são admitidas cessões de crédito não fiduciárias.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

7.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/05/2023.

7.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital ou municipal/distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.28 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 201.351,76

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 201.351,76 (duzentos e um mil, trezentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou 9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Infrações e Sanções Administrativas

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 5% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” e “h” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de de 20% a 30% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de de 5% a 10% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de de 10% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Obrigações

12. OBRIGAÇÕES

Obrigações da Contratante

12.1. São obrigações da Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este termo de referência.

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência.

12.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

12.1.5. Efetuar o pagamento a contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente termo de referência.

12.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei.

12.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

12.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

12.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações da Contratada

12.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

12.2.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

12.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

12.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

12.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

12.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.2.10. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação, na contratação direta.

12.2.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.2.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

13. Lei de Acesso à Informação

13. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

13.1. Não constam informações de natureza sigilosa (ultrassecreta, secreta ou reservada).

14. Casos omissos

14. CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. Alterações

15. ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. Foro

16. FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNA RAPHAELA DA SILVA DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

GILCELIA APARECIDA CORDEIRO

Secretária de Apoio Científico e Tecnológico

FERNANDA SOTELLO

Secretária de Apoio Científico e Tecnológico Substituta



Assinou eletronicamente em 06/10/2023 às 11:06:43.



Emitido em 14/11/2023

TERMO DE REFERÊNCIA N° 53/2023 - SACT (10.01.05.25)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/11/2023 09:06)

FERNANDA SOTELLO

ADMINISTRADOR

SACT (10.01.05.25)

Matrícula: ###432#2

(Assinado digitalmente em 14/11/2023 09:08)

GILCELIA APARECIDA CORDEIRO

SECRETARIO

SACT (10.01.05.25)

Matrícula: ###518#9

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **53**, ano: **2023**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **14/11/2023** e o código de verificação: **3b8878d75e**